

Gênero e violência no Brasil: apontamentos teóricos sobre os institutos

Natália Santos Magalhães*

Delegada de Polícia Civil de Minas Gerais e Especialista em Direito e Processo Penal pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus.

Victor Martins Ramos Rodrigues*

Doutorando em Ciências Jurídicas pela UNLP – Universidad Nacional de La Plata (Argentina); Aluno especial no Doutorado em Políticas Sociais pela UENF. Especialista em Direito e Processo Civil pela UCAM; Professor universitário de Direitos Humanos e Prática Jurídica Real na UNIG-Campus V; Pesquisador; Advogado e membro individual da ABED.

Kamila Aparecida Iwanami Rodrigues*

Assessora Jurídica no Município de São José de Ubá-RJ; Doutoranda em Ciências Jurídicas pela UNLP – Universidad Nacional de La Plata (Argentina); Aluna especial no Doutorado em Políticas Sociais pela UENF. Especialista Docência do Ensino Superior pela DOCTUM; Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela UNIDERP; Professora universitário de Prática Jurídica Real na UNIG-Campus V e Advogada.

Resumo

Este trabalho objetivou estabelecer uma análise teórica sobre os institutos de gênero e violência, estabelecendo-se, ao fim, uma breve correlação entre eles no que diz respeito à violência de gênero. Num primeiro momento, são abordados os conceitos e definições acerca dos vocábulos violência e gênero, conhecimento essencial para o entendimento da sistemática da violência de gênero. O trabalho abordará ainda as origens históricas relacionadas ao feminismo e as principais correntes teóricas a respeito do gênero. Em outro momento, será enfocada a questão da violência, bem como suas espécies e características. Em conclusão, será considerada a necessidade de prevenção e combate dessa modalidade de violência.

Palavras-chave: Gênero; violência; violência de gênero.

Abstract

This study aimed to establish a theoretical analysis of the gender institutes and violence, establishing, at the end, a brief correlation between them with regard to gender violence. At first, they are discussed the concepts and definitions of words about violence and gender, essential knowledge for understanding the systematic gender violence. The paper also will address the historical origins related to feminism and the main theoretical perspectives about gender. At another time, it will focus on the issue of violence and its species and characteristics. In conclusion, it considered the need to prevent and combat this type of violence.

Keywords: Gender; violence; gender violence.

Sumário: Introdução; 1. Aspectos gerais sobre violência; 2. Aspectos teóricos sobre gênero; 3. Conclusão; Referências.

1 Introdução

Os temas da violência e do gênero são complexos e suscitam o entendimento dos seus aspectos gerais, relacionados desde a compreensão das origens etimológicas dos termos até a correlação entre estes institutos aparentemente desconexos, mas que determinaram o surgimento de uma espécie autônoma de violência, a violência de gênero.

2 Aspectos gerais sobre violência:

O vocábulo violência tem origem etimológica do latim *violentia*, que significa caráter *violento* ou *bravio*. Apenas a título de esclarecimento, o termo *violare* reflete o significado de tratar com violência, profanar, transgredir. Ambas as expressões devem ser referidas ao radical *vis*, que dá a ideia de força em ação, o recurso de um corpo para exercer a sua força e, portanto, a potência, o valor, ou seja, a força vital. Nesse sentido, a expressão violência é composta por *vis*, que em latim significa força, sugerindo a ideia de vigor, potência, impulso. Faz emergir também traz uma interpretação baseada na ideia de excesso e de destemor. Desse modo, permite superar a simples ideia de força, e, por isso, a expressão violência pode ser entendida e definida como o próprio abuso ou excesso da força.¹ (CAVALCANTI, 2012, p. 29).

Seu significado traduz, pois, o ato de abuso, constrangimento, brutalidade, proibição, discriminação, desrespeito, invasão, imposição, ofensa, agressão física, psíquica, moral ou patrimonial contra alguém, caracterizando relações baseadas na ofensa e na intimidação pelo medo e pelo terror.²

A sempre contemporânea autora Hannah Arendt (1994) preconiza uma pertinente observação sobre as discussões a respeito do fenômeno da violência e sua correlação com a ideia de poder. Desta maneira, nota-se que existe uma concordância entre teóricos da política, no sentido de se admitir que a violência é a mais flagrante manifestação de poder.

A autora persiste ao afirmar que:

Ao que parece, a resposta dependerá do que compreendemos como poder. E o poder, ao que tudo indica, é um instrumento de dominação, enquanto a dominação, assim nos é dito, deve a existência a um 'instinto de dominação'. Lembramo-nos imediatamente do que Sartre disse a respeito da violência quando em Jouvenel que 'um homem sente-se mais homem quando se impõe e faz dos outros um instrumento de sua vontade, o que lhe dá um 'prazer incomparável'. (ARENDR, 1994, p. 32)³

Porém, a expressão violência é utilizada para definir e situar as mais distintas situações humanas, assumindo uma variedade de significados de acordo com a realidade em que se faz identificável, possibilitando uma gama de formas distintas de violência. (CAVALCANTI, op. cit., p. 32).

¹ CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência Doméstica – análise da Lei “Maria da Penha”, nº 11.340/06**, 4ª ed., rev., ampl. e atual., Salvador: Editora Podivm, 2012.

² (*idem*1, p. 29)

³ ARENDR, Hannah. *Da violência*. Tradução de Maria Cláudia Drumond Trindade. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

2.1. Conceitos de violência

Estabelecer a definição ou o conceito de violência é missão demasiadamente árdua, uma vez que é grande o perigo de se tentar reduzir sua complexidade e maquiar seus multifacetados aspectos. Todavia, de forma meramente ilustrativa, serão expostas algumas definições para uma melhor compreensão do tema.

Costumeiramente, associa-se a violência a atos de criminalidade. Todavia, a abrangência do instituto violência é muito mais ampla e complexa. Constitui-se de relações sociais e distinguem-se conforme a situação, o lugar, a época, o espaço, as conjunturas, condições e cultura de cada sociedade.⁴

A violência para SANTOS (2000) é entendida como uma estrutura cujo produto é a perversidade sistêmica, significando dizer que os fatos deixam de ser isolados e atribuídos à má formação da personalidade para se estabelecerem como um sistema.

O autor cita uma analogia:

[...] uma fábrica de perversidade onde a fome se torna um dado generalizado e permanente”, assim como outras questões continuam também agravando-se como analfabetismo, desemprego etc. (...), ser pobre é participar de uma situação estrutural, com uma posição relativa inferior dentro da sociedade como um todo. O fato, porém, é que a pobreza tanto quanto o desemprego, agora são considerados como algo ‘natural’, inerente a seu próprio processo. Vivemos num mundo de exclusões, agravadas pela desproteção social, apanágio do modelo neoliberal, que é, também criador, de insegurança.⁵

Para o citado autor, o resultado é o cultivo e a produção de sentimentos negativos ligados ao egocentrismo, o narcisismo, banalização da guerra de todos contra todos e utilização de todo e qualquer meio para se obter os resultados pretendidos. Essas situações se refletem em atos de corrupção, substituição do debate civilizatório para o discurso de mercado e a morte da política.

Daí o ensinamento e o aprendizado de comportamentos dos quais estão ausentes objetivos finalísticos e éticos (...), o estabelecimento do império do consumo, dentro do qual se instalam consumidores mais que perfeitos” (Idem, p. 60).

Sob o aspecto sociológico da violência, o aclamado autor polonês Zygmunt Bauman (2005) enfatiza que “A sociedade de consumidores não tem lugar para os consumidores

⁴ COSTA, Márcia Regina da; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. *A violência: natural ou sociocultural?* São Paulo: Paulus, 2006.

⁵ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

falhos, incompletos, imperfeitos. (...) Os consumidores falhos não teriam como saber quando poderiam ser declarados criminosos”⁶

O referido sociólogo situa que os “consumidores falhos” são aquelas pessoas desprovidas de dinheiro, ou seja, aqueles desempregados e/ou subempregados. Tais pessoas seriam consideradas como o “refugo humano”, porque se situam socialmente como “população excedente”, que dificilmente ou nunca terá proveito para mercado, uma vez que considerados como “lixo humano”. Assim, o resultado dessa violência estrutural presente na sociedade contemporânea é “a glorificação da esperteza” com negação da sinceridade, “glorificação da avareza” com negação da generosidade. (BAUMAN, p. 53-57).

Nessa esteira da segregação social em relação ao mercado, SANTOS, (op. cit., 2000, p. 61) cita que:

[...] o ideal de uma democracia plena é substituído pela construção de uma democracia de mercado (...), a distribuição do poder é tributária da realização dos fins últimos do próprio sistema globalitário. Essas são as razões pelas quais a vida normal de todos os dias está sujeita a uma violência estrutural, que, aliás, é a mãe de todas as outras violências.

A filósofa HANNAH ARENDT (1985), entende a violência como um fenômeno de caráter instrumental, através do qual “o homem governa o homem”. Todavia, analisa que poder e violência não são sinônimos.

Explica que:

Certamente, uma das mais óbvias distinções entre o poder e a violência é que o poder tem a necessidade de números, enquanto que a violência pode, até um certo ponto, passar sem eles por basear-se em instrumentos (ARENDT, op. cit., p. 22).⁷

Para a autora, poder está intrinsecamente atrelado à noção de força – da natureza, circunstância, movimento físico e vigor – como qualidade individual inerente à pessoa ou objeto (Idem, p. 24). Porém, pode confundir-se com violência porque estão sempre juntos.

[...] A violência é, por sua própria natureza, instrumental; como todos os meios, está sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca. É aquilo que necessita de justificar-se através de algo mais não pode ser a essência de coisa alguma” (p. 28).⁸

⁶BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

⁷ ARENDT, Hannah. *Da violência*. Tradução de Maria Cláudia Drumond Trindade. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

⁸ Idem 7.

Afirma que, por ser naturalmente instrumental, a violência é racional e pode ser eficaz, dependendo da finalidade, em curto prazo. Entretanto, “a violência não promove causas, nem a história, nem a revolução, nem o progresso, nem a reação, mas pode servir para dramatizar reclamações, trazendo-as à atenção do público”.⁹ Vislumbra-se que existem variadas formas de se tentar conceituar e situar a violência, surgindo na maioria das vezes, como expressão de contradições entre os que querem manter privilégios e os que se põem contra a opressão.¹⁰

Seguindo essa variedade de definições e formas de conceituação de violência, PORTO (2000) sugere que conceber a violência em sua pluralidade significa assimilar que ela está enraizada nos costumes e nas instituições da sociedade, com formas e funções variadas e, desse modo, não se restringe a determinadas classes sociais ou grupos, atravessando todo o tecido social.¹¹

No Brasil, uma definição oficial de violência, em relação à saúde, pode ser encontrada na Portaria do Ministério da Saúde/GM nº. 737 de 15 de maio de 2001, que instituiu a Política Nacional de Redução da morbimortalidade por acidentes e violência, definindo-a da seguinte forma: “Violência consiste em ações humanas individuais, de grupos, de classes, de nações que ocasionam a morte de seres humanos ou afetam sua integridade e sua saúde física, moral, mental ou espiritual (BRASIL, 2001)”.¹²

2.2. Formas de violência

Contemporaneamente, admite-se que a violência pode ser emanada e, ao mesmo tempo, aspecto indissociável da própria essência humana, o que significa dizer que é do seu estado de natureza. Os seres humanos são impulsionados por um desejo que gera conflitos e rivalidades, apresentando-se da seguinte fórmula: algo que é desejável para alguém, também é desejado pelos outros e, dessa comum relação, nasce o conflito. Essa forma de análise se sustenta na teoria de Thomas Hobbes (apud CAVALCANTI, 2012, p. 29), que entende que a vida é a busca da sobrevivência e pela preservação da existência humana.

Trata-se de uma constância na natureza humana, a violência. Tal lamentável atributo ou característica natural do ser humano parece acompanhar os passos do desenvolvimento da

⁹ Idem 07.

¹⁰ MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos (orgs). *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998, p. 23-44.

¹¹ PORTO, Maria Stella G. *A violência entre a inclusão e a exclusão social*. REVISTA TEMPO SOCIAL. São Paulo: USP, FFLCH, v. 12, nº 1, maio de 2000, p. 187-200.

¹² BRASIL, *Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violência*, Portaria MS/GM n. 737, Pub. DOU de 16/05/01.

humanidade e da própria história, é como lembrar, a cada ato em que reemerge no cotidiano, “nossa paradoxal condição, tão selvagem quanto humana”.¹³

As regras de conduta das civilizações são totalmente distintas sob o aspecto cultural e histórico, variando, conforme a identidade do grupo social sob análise. Por isso e por se caracterizar como fenômeno humano, a violência não pode ser descontextualizada do momento ou ambiente histórico-cultural em que ocorre.

Nesse aspecto, existem atos tidos como violentos para certas culturas, que podem não ser assim interpretados por outras. Alguns exemplos dessa alternância dentro da própria cultura brasileira são identificáveis ao longo do tempo, como o caso dos castigos físicos impostos a crianças ou negros.

Analisando dois aspectos da violência, um ligado à força física – cujos efeitos deixam marcas – e outro considerado imaterial, ligado à transgressão – que provoca danos à ordem normativa, o autor YVES MICHAUD (2001, p. 7), cita que são várias as formas de violência: “(...) o assassinato, a tortura, as agressões e vias de fato, as guerras, a opressão, a criminalidade, o terrorismo, etc.”. Tal autor afirma que a violência pode variar conforme a definição das normas.¹⁴

Destaca-se dentre esses estudos, no Brasil, uma didática análise da violência sob o enfoque da área de saúde, feita por Maria Cecília de Souza Minayo (2009), no qual cita a Resolução WHA 49.25 da World Health Assembly de 1996, que declarou a violência como um dos principais problemas de saúde pública, razão pela qual a Organização Mundial de Saúde (OMS) desenvolveu em 2002, pela primeira vez, o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, disponibilizando ao mundo uma tipologia que permitiu que a citada autora caracterizasse os diferentes tipos de violência no Brasil, sustentando o seu estudo denominado “Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde”, tipos estes que serão a seguir sintetizados.

2.2.1 Violência criminal

Trata-se da espécie de violência decorrente de agressões graves às pessoas, por atentado à vida e aos seus bens que demanda a prevenção e a repressão pelas forças de segurança pública. É capaz de reunir pessoas que agem às margens da lei com pessoas e instituições aparentemente idôneas, atuando em busca do lucro dos negócios e apostando na

¹³ PORTO, Pedro Rui da Fontoura. *Violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei 11.340/06: análise crítica e sistêmica*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 13

¹⁴ MICHAUD, Yves. *A violência*. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

impunidade. Existem fatores que potencializam essa forma de violência, tais como a corrupção e a impunidade. No Brasil, destacam-se as violências criminais cometidas e/ou financiadas por organizações criminosas, segundo Minayo (2009, pp. 31-32).

2.2.2 Violência estrutural

Refere-se às distintas formas de manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas capazes de produzir e fomentar a miséria, a fome e outras formas de submissão de umas pessoas pelas outras. É a violência que mantém a miséria de grande parte da população do país, e, por isso, uma das mais cruéis. A miséria e a desigualdade social são terreno fértil para o aparecimento de outras formas de violências.

Identifica-se, dentre elas, a tortura como forma de violência intensa que ameaça gravemente a integridade física e moral de qualquer pessoa, com profunda violação dos seus direitos humanos.¹⁵

2.2.3 Violência institucional

É uma espécie de violência que se concretiza dentro de instituições, principalmente por conta de suas regras, normas de funcionamento, relações políticas e burocráticas, viabilizando injustiças na sua estrutura social própria. Um exemplo desse tipo de violência é a forma de prestação de serviços públicos, geralmente, ineficaz, negligente, tardiamente e até mesmo negados. Citam-se os serviços de segurança pública, seguridade social, educação e saúde, onde se notam maiores índices de inadequação e deficiência, promovendo verdadeira violência contra seus usuários.¹⁶

2.2.4 Violência interpessoal

Decorre da incapacidade de resolução pacífica dos conflitos entre pessoas, ou seja, quando não é possível o diálogo, a exposição civilizada dos divergentes pontos de vista, da argumentação racional, da negociação, da compreensão das razões dos envolvidos. A partir dessa inexistência de consenso, a relação interpessoal se torna prepotente, intimidadora, discriminatória, invejosa, surgindo a raiva, a intolerância, a vingança e a inveja. Produz danos morais, físicos, psicológicos e até mesmo a morte em alguns casos. Faz-se necessário, neste ponto, a diferenciação entre conflito e violência. O conflito nem sempre é violento. A

¹⁵MINAYO, Maria. Cecília. Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G. & CONSTANTINO, P. (Orgs.). Impactos da Violência na Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. pp. 32-33.

¹⁶ Idem 15. Pag.33.

violência transforma o conflito em intransigência, surge da incapacidade de solução pacífica do conflito.¹⁷

2.2.5 Violência intrafamiliar

Embora alguns prefiram utiliza-se do termo violência doméstica, o termo intrafamiliar parece apresentar-se mais adequado porque não delimita espacialmente, no âmbito do domicílio, o ambiente onde ocorre a violência entre membros da mesma entidade familiar. Trata-se o conceito de violência como fruto das relações entre pessoas, e neste caso, membros da mesma família. Todavia, na prática, ambos os termos referem-se à forma de violência fruto de conflito familiar transformado em abuso, opressão e intolerância, como fenômeno universal de séculos de história. No Brasil, as formas mais comuns de violência intrafamiliar são as submissões das mulheres, crianças e idosos à figura do chefe ou provedor da família, muitas das vezes oriundas do domínio ou imposição da figura “mais forte”, sob o pretexto de proteção.¹⁸

2.2.6 Violência autoinfligida

São as formas de violência praticadas pelo ofensor contra sua própria pessoa. É a violência contra si mesmo. Alguns exemplos dessa violência são as automutilações, os suicídios, as tentativas e as ideações de se matar, flagelar, mutilar ou ferir. São as tentativas de autodestruição. Muitas das vezes intencional, mas em outras vezes por necessidade ou ignorância, como o caso, por exemplo, de exposição do trabalhador rural aos agentes nocivos do agrotóxico.¹⁹

2.2.7 Violência cultural

É a modalidade de violência expressada por meio de valores, crenças e práticas, de tal modo repetidos e reproduzidos que se tornam naturalizados ou característicos de certas culturas. Podem ser categorizadas nessa modalidade, todas as formas de violência capazes de identificar uma sociedade, um grupo ou um povo. Decorre da depreciação etnocêntrica do oprimido pelo opressor. Apresenta-se inicialmente sob a forma de discriminações e preconceitos que se transformam em mitos, prejudicando, oprimindo ou em certos casos, até eliminando o diferente. Surge dessa noção, os chamados grupos vulneráveis, ou seja, aqueles que, pela fragilidade e desigualdade peculiares, demandam uma proteção diferenciada de seus

¹⁷ Idem 15. Pag. 34.

¹⁸ Idem 15. Pag.34 e 35.

¹⁹ Idem 15. Pag.35.

direitos para que se igualem. Podemos citar como exemplo, as crianças, mulheres nas relações de gênero, negros, deficientes físicos, dentre outros. Destaca-se, dentre as subespécies de violência cultural, a violência de gênero.²⁰

2.2.8 Violência de gênero

Subespécie de violência cultural, é tida como aquela decorrente das formas de opressão e de crueldade nas relações entre homens e mulheres, construídas de forma sistematizada e estrutural, reproduzidas no cotidiano e, na maioria dos casos, sofridas pelas mulheres. É entendido como forma de dominação e existe em qualquer classe social, entre todas as raças, etnias e faixas etárias. Sua maior forma de exteriorização é o machismo naturalizado na socialização entre homens e mulheres.

Trata-se de violação grave e explícita dos direitos humanos que vitimiza, em sua maioria, as mulheres, refletindo-se até mesmo como problema de saúde pública. Em suas variadas formas de expressão, citem-se a opressão, dominação, crueldade, assassinatos, estupro, abusos físicos, morais e sexuais, prostituição forçada, dentre outras.

Uma característica marcante é a de que, em geral, os ofensores costumam ser parceiros, familiares, ou conhecidos, mas podendo ainda ser estranhos ou agentes do Estado²¹.

2.3 Características gerais da violência

Ainda com base no mesmo estudo de Minayo, algumas características gerais da violência podem ser enumeradas, a saber:

2.3.1 A violência é um fato humano e social

De acordo com essa característica, é possível analisar que não existe o conhecimento da existência de alguma sociedade totalmente afastada ou livre da violência. Sempre é possível identificar, nas mais diferentes sociedades ao redor do mundo, o uso da força, do poder e de privilégios nas relações humanas tendentes a dominar, submeter e causar danos a outros, sejam eles, indivíduos, grupos ou coletividades. Existem sociedades mais ou menos violentas que as outras, o que faz emergir o peso da cultura na forma de resolução de conflitos.²²

²⁰ Idem 15. Pag36.

²¹ Idem 15. Pag.36

²² Idem 15 pag. 21

2.3.2 A violência é histórica

Contextualizadas em épocas específicas, cada sociedade apresenta suas formas particulares de estruturação, existência e identidade. Na vigente realidade brasileira, por exemplo, há uma peculiar caracterização da violência social, econômica, política e institucional, absolutamente distinta de outros países. Da mesma forma, a violência social, econômica, política e institucional da época colonial, por exemplo, não era a mesma daquela vivenciada hodiernamente num mundo movido por constantes e rápidas transformações.²³

2.3.3 A violência abrange todas as classes e os segmentos sociais

Não é correto afirmar que os pobres são mais violentos pelo fato de sua situação econômica ou social. A violência existe também, embora se apresentando de forma diferenciada, nas classes média e rica. Apesar dos diferentes contextos dos segmentos e classes, em todo os âmbitos sociais e econômicos a violência é uma situação problema que se apresenta nas mais variadas formas e com diferentes características.

2.3.4 A violência também está dentro de cada um

Em geral, a tendência é achar que a violência provém do próximo, do outro. Trabalhos filosóficos e psicanalíticos evidenciam que a “não-violência” é uma construção social e pessoal. Sob o enfoque social, a antítese da violência seria a capacidade que a sociedade tem de incluir, ampliar e universalizar os direitos e os deveres de cidadania. Sob o aspecto pessoal, a não-violência “pressupõe o reconhecimento da humanidade e da cidadania do outro, o desenvolvimento de valores de paz, de solidariedade, de convivência, de tolerância, de capacidade de negociação e de solução de conflitos pela discussão e pelo diálogo”.²⁴

2.3.5 Existem violências que persistem no tempo e se estendem por quase todas as sociedades

Cita como exemplo a violência de gênero, (com destaque a violência do homem contra a mulher), aquela fundada nos diversificados papéis em razão da idade, como a violência dos adultos contra as crianças, contra os idosos e, das várias formas de discriminação de “raças”.

Essas maneiras de expressão permanecem naturalizadas, no sentido de que ao cometê-las, as pessoas interpretam que estão fazendo algo normal, natural. Tais violências

²³ Idem 21

²⁴ Idem 15. Pag. 24.

permeiam todas as classes e os segmentos sociais. São formas de violências que estão diretamente ligadas à cultura, ou seja, um tipo próprio e característico de se pensar, sentir e agir em conflito com outras opiniões, crenças e afins.

Cita que:

As conquistas dos movimentos feministas, dos movimentos em prol da cidadania das crianças e dos adolescentes, dos movimentos dos negros e dos homossexuais estão aí para provar que é possível “desnaturalizar” as formas de reprodução da dominação, de submissão e os agravos provenientes desses fenômenos.²⁵

3 Aspectos teóricos sobre gênero

A expressão gênero vem do termo latino *genus* ou *generis*, que significa nascimento, estirpe, linhagem, família, classe ou tipo natural de algo. Tradicionalmente, esse termo se faz útil como um conceito gramatical de classificação de palavras divididas entre: masculino, feminino e neutro. Dessa raiz indo-européia, derivam várias outras palavras, como por exemplo, general, congênito, primogênito, gênese, genitor, genital, gente, dentre tantas outras.²⁶

Ressalte-se que, em sua origem grega – *genos* e *geneā* – o termo também fazia referência ao sexo. Todavia, foi apenas a partir do século XV que esta associação passou a ser mais utilizada, significando em outras palavras, que o termo gênero passou a ser sinônimo do sexo biológico dos indivíduos. Como consequência, os termos masculino e feminino afiguraram-se especificações do gênero, sendo o primeiro empregue aos machos e o segundo as fêmeas.²⁷

Trata-se de um conceito extremamente rico em explicações, que serve de ponto de partida e fundamento para qualquer estudo na área das chamadas “relações de gênero” e todas as suas demais vertentes, seja no âmbito do Direito, Psicologia, Antropologia ou Sociologia, considerando temáticas ligadas à diversidade sexual, o panorama das mulheres na sociedade contemporânea, a militância do feminismo e outros tantos possíveis. Por isso mesmo, o tema é de difícil conceituação, mas algumas delas são a seguir expostas.

²⁵ Idem 15. Pag.24.

²⁶ (Etimologia de gênero. In: <http://etimologias.dechile.net/?ge.nero>. Acesso em 20 mar. 2016).

²⁷ Gênero. Disponível em: http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9704/9704_3.PDF. Acesso em 20 mar. 2016).

Em 1878 Gladstone fazia uma distinção se referindo à deusa grega Atenas: “não tinha nada do sexo além do gênero, nada de mulher além da forma”.²⁸ (Apud WILLIANS, 1983, p. 285).

Em 1940, o problema do termo em relação ao sexo foi levantado pelo seguinte verbete:

Gênero (*gender*), s. apenas um termo gramatical. Seu uso para falar de pessoas ou criaturas do gênero masculino ou feminino, com significado de sexo masculino ou feminino, constitui uma brincadeira (permissível ou não, dependendo do contexto) ou um equívoco.²⁹

Porém, foi através da obra de uma feminista francesa, filósofa existencialista, Simone de Beauvoir, que a ideia central do conceito contemporâneo de gênero surgiu, em estudo pioneiro sobre as mulheres na sua obra “*Le Deuxième Sexe*”, com sua primeira edição em 1949. A partir do questionamento “do que seria uma mulher”, a filósofa existencialista procurou não equiparar um gênero a outro, por ser uma solução demasiadamente simplista a seu ver, pois o homem seria um ser absoluto na sociedade, enquanto a mulher ainda não o é.

Em sua obra, buscou compreender de que forma a mulher ocupou – ou foi forçada a ocupar – ao longo os tempos, a condição de “segundo sexo” nas mais diferentes sociedades. Questiona como a mulher se coloca no mundo e como contribui para essa configuração social. E é com uma poderosa frase, altamente ressonante entre os movimentos feministas, que a autora inaugura sua pioneira obra: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”.³⁰ (BEAUVOIR, 1980, p. 1).

Em obra posterior, editada em 1960 pela primeira vez, a mesma autora, numa obra autobiográfica denominada “A força da idade” expõe suas experiências pessoais enquanto mulher imersa na experimentação de um mundo predominantemente masculino, no sentido de que:

O que me inebriou quando voltei a Paris, em setembro de 1929, foi primeiramente a minha liberdade. Com ela sonhara desde a infância quando “brincava de moça” com minha irmã. (...) Pagava uma pensão a minha avó e ela me tratava com a mesma discricão com que tratava os outros inquilinos; ninguém controlava minhas idas e vindas. (...) Constatei alegremente que “a seriedade da existência”, com que os adultos me tinham enchido os ouvidos, em verdade não pesava muito na balança.³¹ (BEAUVOIR, 1961, pp. 9-10).

²⁸WILLIANS, Raymond. Keywords. New York: Oxford University Press, 1983, p. 285.

²⁹(In: FOWLER, Dictionary of Modern English Usage, Oxford, 1940).

³⁰BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo, v. I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

³¹BEAUVOIR, Simone de. Na Força da Idade, v. I. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

Por demonstrar sua expressiva indignação quanto à condição do feminino como sexo renegado às sujeições masculinas, a referida escritora foi tida como precursora da fase conhecida como a “segunda onda do feminismo”, segundo Scholz (2012).³²

Interessante efeito contemporâneo desses pioneiros trabalhos que discutiram as ideologias de gênero foi a forma de utilização dos escritos redacionais que se falem da ambiguidade de referências ao sexo masculino e feminino num mesmo termo, o que se depreende do texto de SCOTT (1995):

O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava, em primeiro lugar, o envolvimento do/da pesquisador/a com uma história que incluía a narrativa dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão e, em segundo lugar, uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos.³³ (SCOTT, p. 73).

O mesmo autor descreve ainda, no mesmo estilo redacional que se segue ao longo de toda obra que:

Os/as historiadores/as feministas têm empregado uma variedade de abordagens na análise do gênero, mas essas podem ser resumidas a três posições teóricas. A primeira, numa tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda, situa-se no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto (*object-relation theories*), se inspira nessas escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.³⁴

Para algumas feministas, teóricas do patriarcado, a resposta para esse sistema machista se achava na própria sexualidade, conforme as fortes expressões da autora Catherine McKinnon (1982), que claramente representa sua abordagem:

A objetificação sexual é o processo primário de sujeição das mulheres. Ela liga o ato com a palavra, a construção com a expressão, a percepção com a efetivação, o mito com a realidade. O homem fode a mulher; sujeito verbo objeto.³⁵

³² SCHOLZ, Roswitha. A importância de adorno para o feminismo hoje. Retrospectiva e perspectiva de uma recepção contraditória. Do original: DIE BEDEUTUNG ADORNOS FÜR DEN FEMINISMUS HEUTE. Rückblick und Ausblick auf eine widersprüchliche Rezeption. In: [EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft](#), nº 10 (11/2012), pp. 190/207, [EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria, nº 10 (11/2012)]. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz20.htm. Acesso em: 20 mar. 2016.

³³ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

³⁴ Idem 33. Pag. 77

³⁵ MCKINNON, Catherine. Feminism, Marxism, Method and State: An Agenda for Theory. Signs. 1982, p. 541. Apud: SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

No Brasil, a questão envolvendo as relações de gênero, parece longe de ser pacificada, sentindo-se os efeitos dessas diferenças na realidade econômica-social, em especial nas relações de trabalho.

Foi divulgada em notícia amplamente disseminada na mídia televisiva, digital e impressa, em meados de agosto de 2015, a constatação de que a diferença de salários entre homens e mulheres vai demorar 80 anos para deixar de existir no mundo, segundo o Fórum Econômico Mundial, que classificou o país na posição número 124, de um total de 142 países analisados em relação à diferença salarial entre homens e mulheres. Pouco antes da divulgação desses resultados, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já mostrava que as brasileiras ganham, em média, 76% da renda dos homens, o que não se justifica por nenhum argumento na contemporaneidade.³⁶ (FANTÁSTICO, 2015).

Tal realidade mostra-se como verdadeiro contrassenso em relação ao que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) que proíbe a existência de diferença de salário e discriminação nas contratações. Mas na prática, é justamente na contratação que a desigualdade começa.

Esse cenário contraditório definitivamente contribui para a manutenção de resquícios de uma sociedade patriarcal e machista que sujeita economicamente a mulher ao homem, provocando a violência de gênero, como subespécie da violência cultural já aludida.

Todavia, impõe-se que essa realidade seja adequada às concepções contemporâneas de gênero na sociedade brasileira.

Para estudo do tema e formação específica em relação ao gênero, a Universidade Federal da Bahia inovou ao se tornar a primeira até o momento, a ofertar um curso de bacharelado relacionado aos estudos de gênero e diversidade, sendo o primeiro ano o de formação geral e nos demais se estudam as matérias específicas como gênero e violência, gênero e políticas públicas, desenvolvimento regional, organização política e gênero e políticas públicas. A partir do terceiro ano, é obrigatória a realização de estágio supervisionado, e, ao final do curso, é preciso apresentar uma monografia.³⁷

³⁶MULHERES VÃO LEVAR 80 ANOS PARA TER SALÁRIO IGUAL AOS HOMENS, DIZ PESQUISA. FANTÁSTICO. Edição: 16/08/2015, atualizada em 17/08/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/08/mulheres-vao-levar-80-anos-para-ter-salario-igual-aos-homens-diz-pesquisa.html>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

³⁷BRASIL, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Bacharelado – o curso. Disponível em: http://www.generoediversidade.ufba.br/?page_id=126. Acesso em 21 mar. 2016.

Importante observação se extrai quando analisada a flexibilização das relações de trabalho, significando relações de trabalho mais maleáveis, em que se evidenciam sentidos distintos quando aplicadas a homens ou a mulheres:

A flexibilização interna às instituições, que exige integração de tarefas, polivalência, qualificação profissional etc., tende a ser mais acessível aos homens, segundo pesquisas recentes realizadas em países latino-americanos, citadas por Sílvia Cristina Yannoulas em seu Dossiê Políticas Públicas e Relações de Gênero no Mercado de Trabalho, de 2002. As mulheres teriam menor participação nos processos de reestruturação das empresas pela incorporação de inovações tecnológicas. Já a flexibilização externa, que envolve terceirização de tarefas e horários flexíveis, em geral é obtida mediante o recurso ao trabalho de mulheres, muitas vezes, em empregos precários.³⁸ (ETHOS, 2004).

A sociedade contemporânea vem destacando a mulher não mais como atriz coadjuvante, mas assumindo papéis na sociedade e nos campos de trabalho que antes eram ocupados quase na totalidade somente por homens.

A esse exemplo, refira-se à construção civil cujos dados foram obtidos do Ministério do Trabalho e Emprego:

No tocante à presença feminina na construção civil, dados do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (2011) 5 nos mostram que, no Brasil, o número de trabalhadoras nesse setor cresceu 65% em uma década. No ano de 2000, elas eram pouco mais de 83 mil entre 1,094 milhão de pessoas empregadas pelo setor. Em 2008, esse número subiu para 137. 969. No primeiro bimestre do ano de 2010, 5.258 mulheres conseguiram emprego na construção civil, ocupando 5,9% das vagas geradas no setor nesse período.³⁹ (SILVA, 2013, p. 59).

Para combater discriminações como essas ainda persistentes, foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), que publicou em 2013 o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM-2013/2015), que prevê em seu capítulo 1 a promoção da igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica como objetivo geral, detalhando os objetivos específicos nas metas e planos de ação.

No capítulo 2 o item II dos objetivos gerais prevê a consolidação da política educacional às perspectivas de gênero, raça, etnia, orientação sexual, geracional, das pessoas com deficiência e o respeito à diversidade em todas as suas formas, de modo a garantir uma educação igualitária e cidadã.

³⁸O Compromisso das Empresas com a Valorização da Mulher. — São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

³⁹SILVA, Rachel da. Construção Civil – E isso é coisa de mulher? In Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados – 2013. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

A esse respeito, cite-se RANGEL (2014, p. 158):

Outro campo de crescentes apelos a pesquisas que problematizam impasses é o da diversidade de gênero, que tem implicações na concepção cultural do papel da mulher, do homem, demarcando-se, nesse papel, o lugar feminino e masculino na sociedade e os julgamentos suscitados por esse lugar, no qual ainda persistem avaliações desiguais e a hegemonia do masculino sobre o feminino, aceita, implícita ou explicitamente, em alguns contextos das relações de família e de trabalho. Os preconceitos e discriminações são especialmente consolidados por fatores e contingências que acirram desigualdades e resistências, que se acentuam e complexificam nos aspectos da identidade de gênero associados à diversidade de orientação sexual, cuja discussão tem sido, também, fortalecida por movimentos feministas.⁴⁰

No contexto histórico, os estudos e os debates sobre gênero adquiriram sua atual configuração no início dos anos 90, na Universidade de Berkeley, com a obra da professora Judith Butler denominada “O Problema do Gênero”.⁴¹

A ampla discussão acadêmica e científica sobre o tema gênero e a necessidade de conscientização sobre os seus conceitos, vertentes e princípios se mostram ainda mais necessários para que seja corretamente possibilitada a sua compreensão pela sociedade.

Não se trata de impor determinada vertente ideológica, para os que assim entendem, ou estritamente científica, pois a história prova que em raríssimas vezes, dogma e ciência se antagonizam.

Sobre gênero, Daniela AUAD (2004) já observava em sua tese de Doutorado em Educação na área de Sociologia da Educação da USP que nas práticas escolares, imprescindível se faz a universalização das diferenças e igualdades se forma que seriam elementos atuantes na escola coeducativa, “juntos e em contraposição às desigualdades de gênero, de raça-etnia, de geração e de orientação sexual”.⁴²

4 Considerações Finais

Diante das mais repudiáveis espécies de violência, ao lado da violência em razão da idade, etnia, condição física, a violência de gênero se mostra uma das mais desmotivadas, eis que baseada simplesmente pelo caractere da construção biológica ou cultural, no caso específico do gênero. Significa dizer que essa modalidade de violência

⁴⁰RANGEL, Mary. Diversidade e Multiculturalismo: Temas sociopolíticos da formação docente. In: Educação em foco: revista de educação. Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Educação / Centro Pedagógico. Educação em Foco, v. 19, n°. 1, mar/jun. 2014. pp. 153-172.

⁴¹BUTLER, Judith. Gender Trouble, Feminism and the Subversion of Identity. New York: Routledge, 1990.

⁴²AUAD, Daniela. Relações de Gênero nas práticas escolares: da escola mista ao ideal de co-educação. Tese (Doutorado em Educação, área de sociologia da Educação), São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2004.

surge em decorrência da simples forma de ser e/ou aparência predominantemente masculinizada ou feminizada da vítima, o que já bastaria para provocar no violentador o sentimento de ódio, desencadeador da violência externada.

A violência de gênero se evidencia como situação extrema, desproporcional, inexplicável e inaceitável na desenvolvida sociedade contemporânea brasileira, que vive em plena era da informação. Portanto, o mínimo que se espera é que essa forma de violência seja veementemente prevenida e combatida.

Nota-se, pois, uma tendência de transformação do cenário ainda existente no Brasil, com resquícios de sociedade patriarcal, em uma busca por equilíbrio nas relações de gênero, diminuindo-se as diferenças, e, conseqüentemente, reduzindo-se a violência ele relacionada, mas, na realidade, sabe-se que tal transição não será fácil e nem rápida, demandando maiores esforços acadêmicos, legislativos e da própria sociedade para a construção de um futuro menos desequilibrado e tormentoso no que diz respeito às relações de gênero, especialmente a violência motivada por essa questão.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Tradução de Maria Cláudia Drumond Trindade. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

AUAD, Daniela. **Relações de Gênero nas práticas escolares: da escola mista ao ideal de co-educação**. Tese (Doutorado em Educação, área de sociologia da Educação), São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **Na Força da Idade**, v. I. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

_____, Simone de. **O Segundo Sexo**, v. I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Bacharelado – **O curso**. Disponível em: http://www.generoediversidade.ufba.br/?page_id=126. Acesso em: 21 mar. 2016.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble, Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.

Etimologia de gênero. In: <http://etimologias.dechile.net/?ge.nero>. Acesso em 20 mar. 2016.

Gênero. Disponível em: http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9704/9704_3.PDF. Acesso em: 20 mar. 2016.

MCKINNON, Catherine. Feminism, Marxism, Method and State: An Agenda for Theory. *Signs*. 1982, p. 541. Apud: SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

MINAYO, Maria. Cecília. Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G. & CONSTANTINO, P. (Orgs.). **Impactos da Violência na Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

MULHERES VÃO LEVAR 80 ANOS PARA TER SALÁRIO IGUAL AOS HOMENS, DIZ PESQUISA. FANTÁSTICO. Edição: 16/08/2015, atualizada em 17/08/2015.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/08/mulheres-vao-levar-80-anos-para-ter-salario-igual-aos-homens-diz-pesquisa.html>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

O Compromisso das Empresas com a Valorização da Mulher. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

RANGEL, Mary. Diversidade e Multiculturalismo: Temas sociopolíticos da formação docente. In: **Educação em foco: revista de educação.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Educação / Centro Pedagógico. Educação em Foco, v. 19, n.º. 1, mar/jun. 2014. pp. 153-172.

SCHOLZ, Roswitha. A importância de adorno para o feminismo hoje. Retrospectiva e perspectiva de uma recepção contraditória. Do original: DIE BEDEUTUNG ADORNOS FÜR DEN FEMINISMUS HEUTE. Rückblick und Ausblick auf eine widersprüchliche Rezeption. In: **EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft**, n.º 10 (11/2012), pag. 190/207, [EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria, n.º 10 (11/2012)]. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz20.htm. Acesso em: 20 mar. 2016.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n.º 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, Rachel da. Construção Civil – E isso é coisa de mulher? In **Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados – 2013.** Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

WILLIAMS, Raymond. Keywords. New York: Oxford University Press, 1983, p. 285. (In: FOWLER, **Dictionary of Modern English Usage**, Oxford, 1940).